

TERMO DE REFERÊNCIA

SAA RUA FÉLIX ZANELA / ESTRADA MUNICIPAL SANTA LUZIA

1. OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para a execução da obra de implantação do sistema de abastecimento de água na Rua Félix Zanela / Estrada Municipal Santa Luzia, no Município de Herval D'Oeste/SC.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo a este Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Será feita a contratação de empresa especializada, através de execução indireta para a implantação do sistema de abastecimento de água na Rua Félix Zanela / Estrada Municipal Santa Luzia, no Município de Herval D'Oeste.

Essa contratação consiste na execução de implantação de rede de água, cuja metodologia é padronizada no mercado. Tal procedimento envolve uma variedade de metodologias para sua completa execução, como: escavações, assentamento de tubulações, execução de conexões, reaterro, pavimentação, entre outros. Estes processos executivos são regidos por protocolos técnicos consolidados nas legislações pertinentes, propiciando transparência e legalidade ao rito.

Integram a melhor solução para a obra: a implantação do canteiro de obras, sinalização e segurança, escavações e movimentações de terra, embasamento da tubulação, assentamento da tubulação, reaterro, ligações prediais de água, caixas de proteção para registros, interligação com a rede existente e limpeza final da obra.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

As participantes do certame deverão atentar para todos os requisitos constantes no Termo de Referência, Planilha Orçamentária, Cronograma físico/financeiro e Projetos de Engenharia.

Para a prestação dos serviços pretendidos, os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os documentos a título de habilitação técnica, nos termos do art. 62 a 69 da Lei 14.133/21.

Para comprovação da qualificação, os interessados deverão apresentar os seguintes documentos:

a) Certidão de registro de pessoa jurídica, expedido pelo CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – atualizada, em nome da empresa, na qual conste o objeto social compatível com a execução do objeto do presente estudo;

b) Certidão de registro de pessoa física, expedida pelo CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – atualizada, dos seus responsáveis técnicos, com no mínimo 1 (um) profissional cuja formação seja em engenharia civil ou engenharia sanitária;

c) Comprovação, para fins de demonstração de capacidade técnico-profissional, de possuir profissional de ensino superior (Engenheiro civil ou sanitarista), mediante a apresentação de certidão(ões) de acervo técnico expedida(s) pelo CREA, na(s) qual(is) conste(m) que ele executou os seguintes serviços:

- Rede de água ou adutora;
- Ramais de ligação de água;

d) Comprovação de vínculo com profissional de nível superior que apresentou acervo para atender ao item anterior:

- Carteira de registro profissional ou contrato de prestação de serviços;
- ou

- Termo de compromisso de vinculação contratual futura, caso a licitante se sagre vencedor dessa licitação;

ou

- Cópia do contrato social da empresa licitante caso o profissional seja sócio da empresa.

e) Declaração da empresa licitante assinada pelo seu responsável técnico, de que tem conhecimento de todas as informações necessárias à execução dos serviços propostos e que possui condições de executá-los dentro das normas com qualidade e segurança;

No decorrer da execução da obra, os profissionais de que trata a alínea "c" do subitem acima poderão ser substituídos, nos termos do Art. 67, § 6º da lei 14.133/2021, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela fiscalização.

4.1. Subcontratação:

A subcontratação deve ser aprovada previamente pelo Contratante. A Contratada deverá formalizar pedido de aprovação, acompanhado de Contrato de Subcontratação, o qual deverá satisfazer no mínimo as seguintes condições:

a) Não conter cláusulas ou condições de qualquer forma nocivas ou inconvenientes aos interesses do Contratante e/ou da obra;

b) Conter declarações da Subcontratada do conhecimento pleno do Contrato entre o Contratante e a Contratada e das especificações da obra;

c) Conter a indicação do tempo de duração dos serviços subcontratados compatível com o cronograma contratual;

d) Constituir um ato jurídico perfeito e completo, satisfazendo todos os requisitos legais e fiscais.

No caso de ser concedida a autorização para subcontratação, a Contratada continuará "*defacto*" ou "*dejure*", para todo e qualquer efeito, e em qualquer circunstância, a única exclusiva e integral responsável pela obra, pelos serviços subcontratados e pelas suas consequências, como se a subcontratação não existisse.

O acervo técnico da obra é da Contratada, não cabendo à subcontratada laudos, atestados, declarações e outros documentos similares.

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação.

5. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DO OBJETO

Após a conclusão da execução de todos os serviços propostos, a contratada deverá promover uma limpeza final e completa de toda a área de influência da obra.

Comunicado o término da obra, caberá à fiscalização a aprovação dos serviços executados pela contratada, incluindo a execução de ensaios de estanqueidade, se assim for possível e viável, e a emissão dos termos de recebimento provisório e definitivo.

Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, somente após verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, nas normas técnicas e na proposta, devendo ser substituídos e/ou sanadas as irregularidades, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

O recebimento definitivo ocorrerá em até 90 dias após o recebimento provisório do objeto, mediante termo detalhado.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela fiscalização durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado total da contratação é de R\$ 318.882,45 (trezentos e dezoito mil, oitocentos e oitenta e dois reais e quarenta e cinco centavos), conforme custos unitários apostos na planilha orçamentária em anexo.

A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

7. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. Execução dos serviços

Além do previsto nas NBR 12266 e NBR 17015, também deverão ser observadas as seguintes orientações para a execução dos serviços:

7.1.1. Remoção de Pavimentação

Em vias com pavimento asfáltico: Após a locação da vala, deverão ser executados dois cortes paralelos, na largura da vala, com altura suficiente para transpassar a camada de asfalto. O corte deve ser realizado com disco de corte específico para este material. Em um segundo momento, quando a vala estiver sendo preparada para a reposição do pavimento, devem ser executados mais dois cortes, paralelos aos cortes anteriores, afastados 15 cm destes, ficando a remoção do pavimento 30 cm maior que a largura da vala.

Em vias com pavimento intertravado (paralelepípedo, paver, etc.): Após a locação da vala, deverá ser retirada a pavimentação numa largura equivalente a largura da vala, com um acréscimo de no máximo 15 cm para cada lado. O material da pavimentação deve ser depositado de maneira adequada e em local apropriado para que seja reutilizado posteriormente na reconstituição do pavimento.

Materiais provenientes da remoção de pavimentações que não são reaproveitáveis devem ser transportados de imediato para aterros de construção civil licenciados pelo órgão ambiental, sem custos adicionais para o contratante.

7.1.2. **Escavação**

As valas para implantação das redes deverão ser escavadas nos locais designados pela fiscalização, sendo respeitados os alinhamentos e cotas indicadas no projeto.

O material escavado deve ser depositado a uma distância não inferior a 0,60 metros (sessenta centímetros) da margem da vala, e na margem oposta àquela onde foram depositados o material proveniente da remoção da pavimentação e o material a ser implantado na rede.

A extensão máxima de abertura da vala deve observar as imposições do local de trabalho, levando em consideração a extensão necessária para a progressão contínua da obra, as interferências no trânsito local e a necessidade de trabalhos preliminares.

As larguras máximas admitidas para critérios de aceitação são aquelas especificadas nos projetos. Somente serão aceitas larguras superiores às apresentadas em projeto quando previamente comunicadas e autorizadas pela fiscalização.

O volume de escavação a ser considerado nos boletins de medição será o volume efetivamente escavado, levando em consideração os parâmetros mencionados acima.

Eventuais excessos de escavação ou depressões no fundo da vala provenientes de erro de escavação devem ser preenchidos com areia, pó de pedra, brita graduada, ou outro material de boa qualidade aprovado pela fiscalização, sem ônus para a contratada.

Caso seja encontrado material de baixa qualidade durante as escavações, a fiscalização deve ser acionada para avaliar a substituição deste. Quando feita a opção pela substituição, deve ser feita a remoção do material de baixa qualidade e posterior substituição por pedra rachão compactada, a fim de recuperar a capacidade de suporte do solo.

Todos os materiais provenientes das escavações, que não forem utilizados como reaterro na própria obra devem ser transportados de imediato para aterros de construção civil licenciados pelo órgão ambiental, sem custos adicionais para o contratante.

7.1.3. **Desmonte de rocha**

Identificada a necessidade de se realizar o desmonte de rocha, a fiscalização deverá ser imediatamente informada. Após tomar ciência da necessidade da realização do referido serviço, a fiscalização definirá, juntamente com o engenheiro executor, o método a ser utilizado.

Nenhum desmonte de rocha poderá ser realizado sem a ciência da fiscalização e sem acompanhamento de algum representante da fiscalização.

Para início dos serviços, toda a área de influência do desmonte de rocha deve ser limpa, para que seja possível a quantificação do material a ser removido. Essa quantificação deve ser realizada pelo fiscal da obra, ou seu representante.

Sempre que possível deve ser priorizado o desmonte de rocha a frio, seja com rompedor pneumático ou com argamassa expansiva.

Quando se julgar necessário o desmonte de rocha a fogo, a contratada deverá informar a fiscalização o plano de fogo a ser utilizado para que esta tome ciência das técnicas e procedimentos que serão utilizados.

O plano de fogo deverá conter, no mínimo, as seguintes informações: método de detonação a ser empregado; forma como o desmonte irá ocorrer (por camadas ou altura total); orientação, profundidade e espaçamento dos furos para introdução dos explosivos; Carga e tipo de explosivos.

A contratada deverá empregar, obrigatoriamente, métodos para desmonte de rocha que apresentem os menores impactos possíveis na sua área de influência. Projeção de pedaços de rocha e geração de poeira durante a execução do serviço também devem ser evitados.

A contratada arcará com a responsabilidade civil por eventuais danos causados a terceiros em decorrência dos serviços de desmonte de rocha.

A autorização do órgão competente para transporte, armazenamento e uso de explosivos deve ser encaminhada para a fiscalização antes do início das detonações.

7.1.4. **Embasamento da tubulação**

Para o embasamento da tubulação deve ser utilizado areia ou pó de pedra, compreendendo uma camada de 10 cm no fundo da vala, recobrimento total do tubo e uma camada mínima de 10 cm acima da geratriz superior dos tubos PEAD, respeitando as dimensões para cada tipo de pavimento e diâmetro da tubulação, conforme apresentado em projeto.

O recobrimento do tubo deve ser feito alternadamente entre as duas laterais de modo a não haver o deslocamento do tubo dentro da vala.

Durante a execução do embasamento e recobrimento superior, a contratada deve tomar as precauções necessárias para que não haja o esmagamento da tubulação.

7.1.5. **Assentamento de tubos e conexões PEAD**

A preparação e o assentamento dos tubos e conexões e as soltas por eletrofusão deverão ser executados conforme as especificações da NBR 14465.

7.1.6. **Reaterro**

As valas somente poderão ser reaterradas depois que os processos de solda por eletrofusão foram verificados e aprovados pela fiscalização, sendo assim caberá ao fiscal e/ou o seu representante liberar o reaterro, após sua análise.

Nos locais onde foram executadas as soldas por eletrofusão, deve ser aguardado o período de resfriamento da solda antes da execução do reaterro para garantir a integridade da conexão.

A camada inicial de reaterro, chamada de embasamento, deve seguir as orientações mencionadas no item 7.1.4.

Após o embasamento, o reaterro deve ser executado com o material especificado em projeto, em camadas de no máximo 20 (vinte) centímetros, compactadas. A primeira camada de compactação sobre a geratriz superior do tubo será de 30 (trinta) centímetros, compreendendo 10 (dez) centímetros do

embasamento e 20 (vinte) de reaterro, as demais camadas serão todas de, no máximo, 20 (vinte) centímetros.

A compactação, manual ou mecânica, será executada de modo que o reaterro atinja o mesmo grau de compactação do solo in natura adjacente.

Não será admitida a compactação de valas, poços e cavas com pneus de retroescavadeiras, caminhões, ou quaisquer outros veículos não projetados especificamente para esta função.

Os materiais considerados como integrantes da zona de reaterro deverão ser livres de pedras ou quaisquer elementos que excedam 5 centímetros, em sua maior dimensão.

Nos casos em que o projeto especifica reaterro com o próprio material retirado da vala, quando, durante a escavação, for constatado que esse material é impróprio para ser utilizado, a fiscalização determinará a substituição deste material por outro de boa qualidade.

7.1.7. Reconstituição de passeios

Os passeios (calçadas) removidos em função da necessidade de execução das valas para passagem das tubulações ou para a execução dos ramais prediais de água deverão ser reconstruídos da mesma forma como se encontravam anteriormente, sem desníveis e em perfeito alinhamento entre o passeio existente e o recomposto.

7.1.8. Reposição da pavimentação asfáltica

A reposição de pavimento asfáltico é de responsabilidade da contratada e será executada de acordo com as normas técnicas vigentes, além da padronização especificada pelo município.

Deve ser utilizada massa asfáltica com granulometria compatível com o serviço a ser realizado.

A massa asfáltica deve ser compactada mecanicamente após a sua aplicação a fim de adquirir o mesmo grau de compactação do pavimento adjacente.

7.1.9. **Caixa de proteção de válvulas**

É de responsabilidade de contratada a instalação das caixas de proteção de válvulas, sejam estas registros de manobra, de descarga, ventosas, ou qualquer outro equipamento semelhante.

A contratante fornecerá o equipamento hidráulico e o tampão de ferro que deve ser aplicado, cabendo à contratada a instalação dos equipamentos, instalação do tubo de proteção e construção da tampa.

Em vias com pavimento asfáltico, a tampa deve ser confeccionada no próprio asfalto, instalando o tampão de ferro sobre o tubo de proteção e executando uma camada asfáltica com o dobro da espessura do pavimento adjacente, em uma área de, no mínimo, 60 x 60 centímetros.

Em vias sem pavimentação, a tampa deve ser confeccionada em concreto, instalando o tampão de ferro sobre o tubo de proteção e executando uma laje de concreto com a espessura da mesma altura do tampão, e dimensões mínimas 60 x 60 centímetros.

7.1.10. **Limpeza, sinalização e segurança**

A contratada deverá executar diariamente a limpeza dos trechos de rede executados. Esta limpeza poderá ser realizada de maneira manual ou mecanizada e constituirá na varrição dos detritos ou materiais provenientes da escavação ou reaterro de valas. Ao final da limpeza, a faixa de tráfego de veículos deverá se encontrar isenta de qualquer material granular (brita graduada ou pó de pedra), ou de materiais que, quando secos, possam gerar poeira.

Os materiais de reaterro que, temporariamente, foram armazenados sobre o passeio ou sobre a via de tráfego deverão ser devidamente isolados e sinalizados por meio de fita zebra ou tela plástica contínua.

Os tubos armazenados para posterior utilização, além de adequadamente empilhados, também deverão estar isolados com fita zebra ou tela plástica.

Após o assentamento da tubulação, as valas devem ser imediatamente reaterradas com os materiais indicados no projeto. Nos casos de valas abertas que ainda não estão em condições de serem reaterradas, deve ser feito o isolamento do

local e sinalização com fita zebra e tela plástica, além de sinalização vertical com placas de advertência.

7.1.11. **Serviços não previstos**

Todo e qualquer serviço, independente de sua natureza, que não esteja previsto nos quantitativos e especificações do projeto e nem na planilha orçamentária, mas que seja necessário ao bom desempenho técnico e/ou econômico-financeiro da obra, deve ser informado à fiscalização, que avaliará o caso e, quando necessário, elaborará os projetos, detalhes, especificações e quantitativos para o serviço.

Baseando-se nessas especificações, quando for possível, a fiscalização elaborará planilha orçamentária complementar, que deverá ser apresentada à contratada antes da execução dos serviços, podendo esta ser aceita ou não pela contratada.

No caso de os serviços serem de caráter especial, com métodos executivos muito específicos, não sendo possível a elaboração de orçamento com base em planilhas de referência consolidadas, será solicitado que a contratada apresente planilha orçamentária para o referido serviço, podendo ou não ser aprovado pela contratante.

7.2. **Prazo de Entrega**

O prazo de execução dos serviços será de **3 (três) meses**, contados da emissão da ordem de serviço.

O prazo da obra é improrrogável salvo os motivos de força maior, independente da vontade da contratada. Os motivos de força maior que possam justificar suspensão da contagem do prazo, somente serão considerados pela fiscalização quando apresentados na ocasião de ocorrências anormais. Não será levado em consideração qualquer pedido de suspensão de contagem de prazo baseado em atos ou fatos não aceitos pela fiscalização nas épocas próprias.

O prazo estabelecido no contrato é único e total, contado em dias corridos, sejam eles úteis, santificados, feriados, secos ou chuvosos e contados a partir da emissão da ordem de serviço.

7.3. **Projetos**

A contratada aceita como bons, justos e valiosos e, portanto, a todos eles se submeterá integralmente, os seguintes elementos: o projeto com suas plantas e detalhes, todo e qualquer dado ou elemento constante ou deduzível do projeto (no seu sentido mais lato e no restrito) e, ainda aqueles que o município venha a fornecer, completando-o, ou eventualmente modificando-o no que for indispensável.

As obras devem obedecer rigorosamente às plantas (desenhos e detalhes) do projeto e as que o município venha a fornecer. Assim sendo, não é admitida a hipótese (a qual a contratada desde já renuncia) de execução da obra sem a rigorosa fidelidade neste item exigida, por considerá-lo a contratada ou quem quer que seja, desnecessária, exagerada ou simplesmente formalística.

A CONTRATADA deverá manter no canteiro de trabalho em bom estado, tantos jogos de plantas quantos forem necessários para os serviços da obra.

Em caso de divergências entre elementos do projeto deverá a CONTRATADA comunicá-los à fiscalização, que providenciará as correções necessárias. Nas divergências serão seguidos os seguintes critérios:

- a) Divergências entre cotas assinaladas e suas dimensões medidas em escala: prevalecerão as primeiras;
- b) Divergências entre os desenhos de escalas diferentes: prevalecerão os de maior escala (menor denominador da relação modular);
- c) Divergências entre elementos não incluídos nos dois itens anteriores: prevalecerá o critério da fiscalização para cada caso.

Todos os aspectos particulares do projeto, os omissos e os de obras complementares não considerados no projeto, serão em ocasião oportuna, especificados e detalhados pela fiscalização. Deverão ser obrigatoriamente executados, desde que sejam necessários à complementação técnica do projeto.

7.4. **Segurança e Danos**

A CONTRATADA deverá observar a legislação brasileira sobre segurança e higiene do trabalho, bem como as normas e instruções de segurança do Simae. Portanto, cabe a CONTRATADA observar às Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e as Recomendações Técnicas de Procedimentos (RTP) lançadas pela Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (FUNDACENTRO).

A CONTRATADA será responsável, em qualquer caso, por danos e prejuízos causados a pessoas e propriedades em decorrência dos trabalhos de execução de obras e instalações pelas quais responda, correndo às suas expensas sem responsabilidade ou ônus algum para o contratante, o ressarcimento ou indenização que tais danos ou prejuízos possam motivar. A execução dos serviços deverá ser plenamente protegida contra o risco de acidentes com o próprio pessoal e com terceiros.

Observados os prazos e condições que a lei estipula, a aceitação definitiva das obras e instalações não acarreta, de modo algum, a exoneração da CONTRATADA e seus técnicos da responsabilidade civil e técnica por futuros eventos decorrentes e relacionados à execução dos serviços recebidos.

O município ficará isento de quaisquer ônus, participação ou responsabilidade direta ou indireta, por danos e prejuízos à vida ou patrimônio público causados por defeitos, falhas, deficiência ou impropriedades de ordem técnica verificados nas obras e instalações SUBCONTRATADAS.

Deverão ser protegidas todas as propriedades públicas e privadas contra qualquer perigo devido aos serviços, não devendo ser interrompido o funcionamento de qualquer serviço de utilidade pública. Para isso deverão ser aplicados todos os esforços e meios disponíveis, visando garantir a plena integridade das instalações relacionadas a tais serviços. Os danos causados as propriedades públicas ou privadas, devido à imperfeição ou descuido na execução, deverão ser reparados no menor prazo possível.

Durante o andamento das obras, a CONTRATADA deverá manter o local de trabalho livre de obstáculos, detritos e tudo o que restrinja a liberdade de trabalho ou contrarie as normas de higiene e segurança do trabalho. Quando, por qualquer

motivo, os serviços forem suspensos, a CONTRATADA continuará responsável pela manutenção de todo o material existente no local e pela segurança do canteiro de obra contra acidentes, tanto com veículos como com pessoas.

Caso necessário, a fiscalização exigirá que a CONTRATADA mantenha no local, vigias e faça obras complementares, com o fim de manter a segurança. Fora do expediente da obra ou durante a eventual suspensão desta, serão da CONTRATADA todas as obrigações e responsabilidades no que concerne:

- a) Ao armazenamento e proteção dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios;
- b) À segurança contra acidentes;
- c) À proteção das obras executadas, das instalações e do canteiro de obras.

Caso as providências referentes ao parágrafo anterior não sejam tomadas ou o sejam de forma precária, poderá se configurar, a critério da fiscalização, o abandono da obra, com as consequências disso decorrentes.

A CONTRATADA fica obrigada a manter o local da obra livre de quaisquer empoçamentos de água, sendo que, cessadas as causas de seu aparecimento, deverá ser evitada a existência de águas estagnadas, bem como as águas, ambientes e condições ambientais propícios à formação destas condições, onde poderão posteriormente se situar focos de mosquitos. No caso de ser totalmente impossível a eliminação destas estagnações, a CONTRATADA deverá aplicar inseticidas nas mesmas, para evitar a criação de insetos.

Os empregados deverão dispor de todos os equipamentos de uso pessoal destinados à sua proteção física, devendo ser cumprido o disposto na Norma Regulamentadora NR 6 – Equipamentos de Proteção Individual e Portarias do Ministério do Trabalho.

A CONTRATADA fica obrigada a remeter à fiscalização cópia da Comunicação de Acidente de Trabalho CAT, emitida ao INSS, juntamente com o relatório de investigação do acidente, onde deverão constar todos os danos referentes à ocorrência do mesmo, dentro do prazo de setenta e duas horas. Em caso de acidente com morte, no canteiro de obra ou zona pertencente ao mesmo, a CONTRATADA deverá:

- a) Paralisar imediatamente a obra na zona do infortúnio e nas circunvizinhanças, a fim de evitar possibilidade de desfiguramento do local e das circunstâncias relacionadas ao acidente;
- b) Impedir que seja tocado o cadáver;
- c) Solicitar imediatamente o comparecimento, no local da ocorrência, da fiscalização e das autoridades policiais com jurisdição sobre o local da obra.

Para uso de explosivo, a CONTRATADA deverá consultar a fiscalização que, a seu critério, poderá ou não, permitir a escavação a fogo ou escavação a frio.

Quando autorizada pela fiscalização, a CONTRATADA será obrigada a atender as exigências dos órgãos competentes quanto à aquisição, transporte, uso e armazenamento dos explosivos, de acordo com a legislação em vigor, devendo obter a indispensável licença, bem como contratar profissionais legalmente habilitados para esse mister. Deverá ser usada rede de proteção, quando a escavação for em via pública.

A CONTRATADA será a única responsável por danos que possam ser ocasionados às propriedades, veículos, pessoas e serviços de utilidade pública.

Antes de qualquer escavação a fogo, a CONTRATADA deverá apresentar por escrito à fiscalização, o plano e a técnica de trabalho a ser utilizada.

7.5. Trânsito e Segurança

Nas áreas públicas, como nas áreas privadas, afetadas pela execução das obras, tanto em relação ao tráfego de veículo como de pessoas, deverão ser providenciadas junto aos órgãos competentes as respectivas liberações e aprovações necessárias, seja para as sinalizações e/ou para o tráfego.

Em locais necessários, deverão ser providenciados passadiços, passarelas, cercas de proteção e tapumes ou outros sistemas de segurança, desde que seja necessário, e de acordo com a FISCALIZAÇÃO e as especificações da obra, ficando a CONTRATADA com a responsabilidade exclusiva do fornecimento e dos serviços de transporte, construção, montagem, desmontagem e remoção, sem custos para a CONTRATANTE.

Quando houver necessidade de desvio de tráfego para execução das obras, a CONTRATADA fará os contatos necessários com o órgão responsável, sob aprovação e assistência da CONTRATANTE, com a antecedência necessária.

Após o término das atividades, os equipamentos de sinalização de segurança utilizados devem permanecer no local até que os serviços de recomposição de pavimentação e limpeza tenham sido efetuados.

Qualquer obra que implique em desvio do trânsito ou redução da área de circulação deverá ser executada após prévia aprovação do órgão competente, que deverá ser consultado através de carta acompanhada da planta propondo as alterações necessárias, onde serão indicadas todas as informações julgadas imprescindíveis ao estudo e à implantação de sinalização preventiva e complementar, necessárias ao impedimento ou à circulação no local da obra e nas zonas atingidas por seus efeitos.

A CONTRATADA tomará todas as providências que julgar necessárias para prevenir possíveis acidentes que possam ocorrer por falta ou deficiência de sinalização e/ou proteção das valas, assumindo total responsabilidade nessas ocorrências. A CONTRATANTE se exime de toda e qualquer responsabilidade sobre eventuais acidentes.

A sinalização dos obstáculos será feita em atendimento às normas, especificações e simbologias do Conselho Nacional de Trânsito e do órgão municipal competente.

A Fiscalização poderá solicitar a ampliação da sinalização já instalada, se for julgado que está deficiente para o volume dos serviços em execução e que possa comprometer a qualidade e segurança dos serviços ora em execução. Principalmente à noite, os dispositivos de iluminação e alerta, devem apresentar visivelmente à distância, a indicação de bloqueios.

A sinalização, portanto, deve estar associada a dispositivos visuais e sonoros nos padrões ideais e legais. A quantidade de equipamentos para sinalização será em função da intensidade e direção do tráfego.

Todas as obras previstas ou projetadas em vias públicas e que representem obstáculo à livre circulação e à segurança de veículos e pedestres no leito da via devem ser precedidas de sinalização preventiva de advertência. Os bloqueios são classificados conforme a área que impedem e sua posição na via. Esse bloqueio é

feito por meio de placas de advertência, em condições que permitam o fluxo de trânsito sem risco de acidentes para veículos e pedestres.

As fitas zebradas para sinalização devem ser empregadas para obras/serviços rápidos que ocorram somente no passeio, sendo que a fita deve estar disposta ao redor de toda a área. Devem ser utilizadas também nas obras internas da empresa no intuito de advertir e/ou impedir a passagem de pedestres. As fitas devem ser de polietileno, ter acabamento perfeito, isento de amassamento e furos e ter impressão em apenas uma face. As faixas devem ter pintura uniforme, isenta de falhas ou manchas.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a municipalidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre a fiscalização e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

A fiscalização poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato e gestor do contrato ou pelos respectivos substitutos.

O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for

necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

9. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Os serviços serão fiscalizados pelo município, de modo a serem satisfeitas as condições exigidas no projeto e especificações técnicas.

A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne às obras e suas implicações próximas ou remotas, sempre de conformidade com o contrato, especificações, Código Civil e demais leis ou regulamentos vigentes.

A CONTRATADA deverá colocar à disposição da fiscalização todos os meios de qualquer natureza, necessários e aptos a permitir a rápida e eficiente medição da obra, inspeção das instalações, dos materiais e dos equipamentos. Tudo isto independente das medições realizadas para efeito de faturamento, e ainda, independentemente do estado da obra e do canteiro de trabalho, sejam quais forem os acontecimentos, o horário e as condições meteorológicas.

A CONTRATADA aceitará integralmente todos os métodos e processos de inspeção, verificação, controle, ensaio tecnológico e medições adotadas pela fiscalização em todo e qualquer serviço/operação referente à obra.

A fiscalização terá o direito de exigir que a CONTRATADA execute os trabalhos obedecendo aos projetos e suas modificações, ao contrato e às especificações.

São atribuições e direitos dos fiscais:

- a) Participar das medições dos trabalhos executados;
- b) Rejeitar serviços que estiverem em desacordo com o projeto, com as normas, com a melhor técnica consagrada pelo uso e com as modificações de projeto determinadas pela fiscalização a seu critério exclusivo;
- c) Dar soluções aos problemas técnicos que ocorrem durante a execução das obras;
- d) Ter livre acesso às obras e serviços e às informações que forem julgadas necessárias ao bom desempenho da fiscalização, mesmo que estejam de posse da CONTRATADA;
- e) Determinar a prioridade de serviços e controlar as condições de trabalho;

- f) Aumentar, diminuir, eliminar ou substituir serviços contratados, desde que isto se mostre necessário ao desempenho técnico-econômico das obras em execução;
- g) Exigir da CONTRATADA o aumento do número ou capacidade dos equipamentos, caso seja constatada a sua inadequação para conduzir os serviços conforme especificado, ou exigir maior número de equipamentos para recuperar atrasos de cronograma;
- h) Exigir da CONTRATADA o aumento na quantidade de mão-de-obra especializada ou não, conforme for conveniente, para aumentar a produção ou melhorar a qualidade dos serviços;
- i) Ordenar imediata retirada do local, de empregado da CONTRATADA que dificultar a sua ação fiscalizadora;
- j) Sustar qualquer serviço que esteja fora das especificações, a seu critério exclusivo;
- k) Solicitar da CONTRATADA prova do cumprimento de suas obrigações legais relativas ao seguro de acidentes de trabalho do seu pessoal;
- l) Ordenar a retirada imediata, do canteiro e dos locais das obras, de todo e qualquer material que for rejeitado por inspeção ou ensaio realizado pela fiscalização;
- m) Verificar o cumprimento do constante nos itens do Edital de Licitação e do Contrato e seus anexos.

Toda e qualquer modificação do projeto que se fizer necessária no momento de sua execução pela CONTRATADA, deverá ser comunicado primeiramente à Fiscalização, antes de sua execução. É competência da Fiscalização aprovar as alterações que se fizerem necessárias na execução da obra.

A fiscalização terá plena autoridade para suspender, por meios amigáveis ou não, os serviços da obra, total ou parcialmente, sempre que julgar conveniente por motivos técnicos, de segurança ou outros considerados importantes e justificáveis.

Essa iniciativa dar-se-á sem prejuízo das penalidades a que ficará sujeita a contratada, sem que ela tenha direito a qualquer indenização, na falta do cumprimento da ordem no prazo estabelecido na notificação correspondente. Em

quaisquer dos casos, os serviços são reiniciados através de ordem específica da fiscalização.

9.1. **Responsabilidades do contratante**

Cabe ao contratante:

- a) Tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório;
- b) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com este Edital e seus anexos e os termos de sua proposta;
- c) Manter pessoas ou constituir Comissão Especial designada pela autoridade competente, visando à fiscalização da execução do Contrato;
- d) Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com o estipulado neste instrumento;
- e) Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- f) Providenciar a publicação do Contrato, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;
- g) Fornecer os tubos e conexões necessários para implantação da rede de distribuição de água.**

9.2. **Responsabilidades da contratada**

Cabe à contratada:

- a) Executar o objeto obedecendo rigorosamente às especificações deste Termo de Referência e seus anexos, bem como da proposta apresentada no Processo de Licitação;
- b) Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do Contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

- c) Promover a sinalização de advertência, de identificação e outras necessárias à execução dos serviços;
- d) Manter, durante a execução do Contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- e) Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;
- f) Armazenar todos os materiais e utensílios utilizados na execução do objeto, sendo de sua inteira responsabilidade a guarda, conservação e danos que porventura vierem a sofrer;
- g) Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do Contrato;
- h) Manter todos os seus empregados colocados a serviço na execução do objeto devidamente uniformizados e munidos dos EPI's adequados, com a identificação da Contratada;
- i) Atender às solicitações da fiscalização quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do Contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Edital e seus anexos;
- j) Obedecer todas as Normas Técnicas da ABNT vigentes e que venham a vigorar na execução dos serviços e fornecer, a qualquer época, os esclarecimentos e as informações técnicas que venham a ser solicitadas pelo Município sobre o objeto do presente Contrato;
- k) Prestar a garantia por eventuais patologias construtivas decorrentes do emprego de materiais não especificados no Termo de Referência e/ou de mão de obra desqualificada, pelo prazo de 05 (cinco) anos contados do término da obra;
- l) Apresentar laudo técnico de profissional qualificado, quando solicitado, responsabilizando-se pelos serviços;
- m) Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo preposto responsável, as informações sobre o andamento da obra, tais como, número de funcionários, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto. O diário de**

obras terá o modelo fornecido pela CONTRATANTE e o seu preenchimento deverá ser feito pela CONTRATADA de forma eletrônica.

n) Fazer a entrega parcelada do diário de obras, semanalmente e obrigatoriamente no primeiro dia útil da semana subsequente ao período executado, por e-mail ao fiscal do contrato. As informações que deverão constar no diário de obras, minimamente, são aquelas descritas no item anterior, além de 3 (três) fotos que evidenciem os trabalhos executados naquele dia. Também deverá constar obrigatoriamente os quantitativos dos serviços executados (quantidade linear de vala aberta, volume de escavação, quantidade linear de tubulação assentada, volume de embasamento realizado, dentre outros serviços). Os serviços executados deverão ser detalhadamente descritos, não bastando a especificação de forma genérica como, por exemplo: assentamento de tubulação de PEAD. Este serviço, por exemplo, deverá ser especificado se foram assentadas tubulações de PEAD DE 160 mm, 110 mm ou 63 mm e as suas respectivas quantidades. Portanto, os serviços descritos no diário de obras deverão ser descritos da seguinte maneira:

- Escavação, se manual ou mecânica. Quando se tratar de rocha, remoção a frio ou a fogo;
- Assentamento de tubulações: Detalhar se foram assentadas tubulações de Ferro Fundido, PEAD ou PVC com os seus respectivos diâmetros e extensões lineares.
- Demolição e recomposição de passeio: passeio com acabamento convencional (piso cimentado) ou de ladrilho hidráulico (lajotas de concreto).
- Recomposição de pavimentação asfáltica: se realizada em região de estacionamento ou pista de rolamento com as respectivas quantidades (áreas executadas).
- Concreto: Concreto simples ou armado e seu respectivo volume.
- Reaterro de vala: Quantidade, em volume, de pedra rachão, brita graduada e pó de pedra utilizados.

Os serviços descritos acima são apenas alguns exemplos de como a descrição destes deverá ocorrer no diário de obras. Os demais serviços não exemplificados, mas que fazem parte da obra, também deverão ser detalhadamente descritos.

- o) Elaborar um arquivo de fotos diárias mostrando a evolução da obra. Este arquivo deverá ser entregue mensalmente junto com o diário de obra;
- p) O fornecimento do diário de obras, tanto semanal como mensal, de maneira precária ou de modo que não atenda ao solicitado pela fiscalização, implicará a não realização do pagamento referente à medição dos serviços executados conforme cronograma de execução das obras até que as referidas pendências apontadas pela fiscalização sejam sanadas pela CONTRATADA.
- q) Fazer com que o engenheiro responsável pela execução e acompanhamento da obra, obrigatoriamente, durante todos os dias trabalhados, se faça presente no local da obra no mínimo uma vez durante o período matutino e uma vez durante o período vespertino a fim de acompanhar e registrar a evolução da execução dos serviços, bem como auxiliar e orientar a sua equipe no que for necessário.
- r) Formalizar expediente de designação do Responsável Técnico da empresa;
- s) Facilitar todas as atividades de fiscalização;
- t) Exigir do Contratante a emissão da Ordem de Serviço Inicial;
- u) Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- v) Paralisar, por determinação da fiscalização, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- w) O pagamento das licenças, taxas, impostos, emolientes, multas e demais contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir sobre a obra e o pessoal dela incumbido, nisso incluídos os seguros e encargos sociais.

10. MEDIÇÕES E PAGAMENTOS

As medições serão realizadas em intervalos de tempo compatíveis com a evolução dos serviços, preferencialmente a cada 30 dias contados da emissão da

ordem de serviço. Caso seja em dia que não houver expediente será no primeiro dia útil posterior.

Todo e qualquer serviço a ser pago deverá constar obrigatoriamente do contrato ou de autorização expressa e formal da fiscalização, com discriminação, quantidades e unidades previstas em relação quantitativa, perfeitamente definida de acordo com às especificações vigentes e/ou complementares que se fizerem necessárias.

Os preços dos serviços definidos na relação quantitativa serão aqueles contratados e cobrirão todos os custos previstos na composição e regulamentação de preços e todas as despesas indiretas e diretas.

Os materiais e equipamentos fornecidos pela CONTRATADA só serão pagos quando efetivamente aplicados e/ou instalados.

O processo de medição e faturamento fora dos padrões exigidos, ou incorretos, será devolvido à CONTRATADA. A apresentação do processo de medição e faturamento fora da data estipulada, deixará as faturas correspondentes fora da programação de pagamento.

Somente serão medidos trechos de rede, quando estiverem concluídos. O pagamento dos serviços será feito por preços unitários, adotada a unidade de medida especificada na relação quantitativa de serviços.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na dotação indicada no Edital.

Joaçaba/SC, 26 de junho de 2024.

Fábio Zilio Caron
Engenheiro Civil – CREA/SC 140.642-7